

São Paulo ganha tecnologia para combate à violência contra a mulher

Novo sistema com apoio da PM agiliza medidas e parceria com TCE fortalece políticas

Divulgação/Governo de SP

O Governo de São Paulo avança no enfrentamento à violência contra a mulher com a implementação de novas ferramentas para agilizar a concessão de medidas protetivas. A iniciativa prevê o uso de um sistema digital que permitirá à Polícia Militar registrar ocorrências e encaminhar, em tempo real, informações diretamente ao Judiciário, reduzindo o tempo entre o atendimento da vítima e a adoção de medidas legais de proteção.

A proposta busca dar mais eficiência ao processo, especialmente em situações de urgência, nas quais a rapidez pode ser determinante para preservar a integridade física e emocional das vítimas. Com a digitalização e integração de dados, será possível também facilitar a realização de exames periciais e o acompanhamento dos casos, garantindo maior articulação entre os órgãos envolvidos.

A medida representa um avanço importante na modernização do atendimento às mulheres em situação de violência, ao aproximar tecnologia e segurança pública. Além de acelerar procedimentos, o sistema contribui para reduzir falhas na comunicação entre as instituições e fortalecer a rede de proteção já existente no estado.

Outro ponto relevante é a ampliação do acesso das vítimas aos seus direitos. Ao permitir



Integração de tecnologia, segurança e gestão municipal busca acelerar atendimento às vítimas

que etapas burocráticas sejam realizadas de forma mais ágil e integrada, o novo modelo tende a diminuir barreiras que muitas vezes dificultam ou retardam a busca por proteção. A iniciativa também reforça o compromisso do poder público em oferecer respostas mais rápidas e eficazes diante de casos de violência doméstica e familiar.

Além disso, a iniciativa dialoga com diretrizes nacionais de enfrentamento à violência de gênero, que priorizam a integração entre diferentes esferas do poder

público e o uso de tecnologias para qualificar o atendimento. Especialistas apontam que a adoção de sistemas digitais contribui não apenas para a agilidade dos processos, mas também para a produção de dados mais confiáveis, fundamentais para o planejamento de políticas públicas. Com informações mais precisas, o estado consegue identificar padrões, regiões de maior incidência e perfis de ocorrência, orientando ações preventivas e estratégias mais eficazes de proteção às mulheres.

Fortalecimento da rede

Paralelamente à modernização dos processos de atendimento, o Governo de São Paulo também tem investido no fortalecimento da rede de proteção às mulheres nos municípios. Em parceria com o Tribunal de Contas do Estado (TCE-SP), a proposta é ampliar a eficiência das políticas públicas por meio de orientação técnica, capacitação de gestores e aprimoramento da gestão local.

A iniciativa busca apoiar as prefeituras na organização e qua-

lificação dos serviços voltados às mulheres, promovendo maior integração entre áreas como assistência social, saúde, segurança e justiça. A atuação conjunta com o TCE-SP permite, ainda, o uso mais estratégico de dados e indicadores, contribuindo para diagnósticos mais precisos e para a implementação de ações mais efetivas.

O fortalecimento da rede municipal é considerado essencial para garantir que o atendimento chegue de forma adequada a todas as regiões do estado, respeitando as particularidades locais. Com estruturas mais preparadas e integradas, a expectativa é ampliar o alcance das políticas públicas e melhorar a qualidade do acolhimento oferecido às vítimas.

Ao unir inovação tecnológica e aprimoramento da gestão pública, São Paulo busca construir uma resposta mais completa e eficiente no combate à violência contra a mulher. As iniciativas se complementam ao atuar tanto na ponta do atendimento quanto na estrutura das políticas, reforçando a importância de uma abordagem integrada para enfrentar o problema de forma consistente e duradoura.

A expectativa é que, com o avanço dessas ações, mais mulheres se sintam encorajadas a denunciar situações de violência, ampliando o alcance da proteção.

TRE inspeciona seis cartórios antes do fim do cadastro

Divulgação/TRE-SP

A Corregedoria Regional Eleitoral de São Paulo (CRE-SP) realizou inspeções em seis cartórios eleitorais na fase final do fechamento do cadastro para as Eleições 2026. Em abril, as visitas ocorreram em três zonas eleitorais de Presidente Prudente, após ações realizadas em março nos municípios de Votuporanga, Santa Fé do Sul e Palmeira d'Oeste, na região de Jales. O objetivo é padronizar e aprimorar o atendimento ao eleitor e os serviços administrativos e judiciários.

O cadastro eleitoral é encerrado 150 dias antes do pleito, conforme a legislação, para viabilizar a organização das eleições. As inspeções contam com equipes do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) e acompanhamento da Corregedoria. Neste ano, o cronograma foi reduzido e segue



Até julho, a previsão é inspecionar 21 zonas eleitorais do estado

até julho, com previsão de alcançar 21 zonas eleitorais.

Durante as visitas, são avaliados aspectos como tramitação de processos, organização documental, controle de materiais e infraestrutura. Após as inspeções, as equipes locais recebem orien-

tações preliminares e, em até 30 dias, um relatório com recomendações para aprimorar os serviços prestados à população, garantindo mais eficiência, padronização e qualidade no atendimento ao eleitorado, além de maior transparência nos procedimentos.

IPVA: Governo retoma calendário de abril

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo retomou o calendário de vencimentos do IPVA 2026 conforme o final da placa. Em abril, os proprietários que optaram pelo parcelamento devem efetuar o pagamento da quarta parcela. O cronograma tem início no dia 12 para veículos com placa final 1, mas, como a data cai em um domingo, o pagamento poderá ser realizado no próximo dia útil, 13, quando também vence a parcela das placas finais 2. O calendário segue até 23 de abril, encerrando com veículos de placa final 0. Já os proprietários de caminhões, independentemente do final da placa, têm até 22 de abril para quitar o imposto em cota única, sem desconto.

A consulta do valor pode ser feita em toda a rede bancária ou diretamente no portal da Sefaz-

z-SP, mediante informação do Renavam e da placa do veículo. O Pix é a forma mais prática e recomendada para pagamento, com QR code gerado exclusivamente no site oficial, válido por 15 minutos. Também é possível pagar via internet banking, terminais de autoatendimento, casas lotéricas ou cartão de crédito em empresas credenciadas.

O atraso no pagamento gera multa diária de 0,33% e juros com base na taxa Selic, podendo chegar a 20% após 60 dias, além de inscrição na Dívida Ativa e inclusão no Cadin Estadual. A inadimplência impede o licenciamento e pode resultar na apreensão do veículo.

Para antecipar o licenciamento, é necessário quitar todos os débitos, incluindo IPVA, taxa e multas. Motocicletas de até 180 cilindradas, de pessoas físicas, estão isentas.